

Centrão rejeita projeto de Saulo Ramos

Consultor-Geral queria o grupo defendendo sua proposta; uma Carta completa

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), tentou, durante a reunião que o Centrão realizou segunda-feira em Brasília, conquistar a simpatia da cúpula do movimento para o projeto de Constituição elaborado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, e que há muito vinha sendo anunciado como possível de ser encampado pelo grupo. Ao contrário das previsões, o texto foi derrotado por 9 a um, e só não ocorreu uma grave crise dentro do Centrão porque o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, recolheu o documento, evitando assim que o deputado Roberto Jeferson (PTB-RJ) fizesse uma denúncia pública da interferência do Governo, mais uma vez, nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Logo no início da reunião, os dez participantes foram informados de que, além do texto de emendas do Centrão, havia para exame uma sugestão de autoria do ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, tratando da argüição de relevância que aquela corte poderia fazer em casos de problemas graves, quando avocaria os processos para seu exame. E, então, o deputado Roberto Cardoso Alves indagou aos centristas se o projeto de Constituição ficaria a cargo de Saulo Ramos. Até aquele momento ele contava com o aval do deputado Ricardo Fluzza para tal iniciativa, mas este, diante dos protestos do grupo, acabou mudando de posição, a ponto de, depois, votar contra a interferência externa na Constituinte.

Segundo um dos coordenadores do Centrão, pelo menos um terço do grupo é decididamente contrário ao Palácio do Planalto. Por esta razão, poderia sofrer uma grave dissidência interna, caso a cúpula aceitasse a proposta do consultor Saulo Ramos, que não se limitava ape-

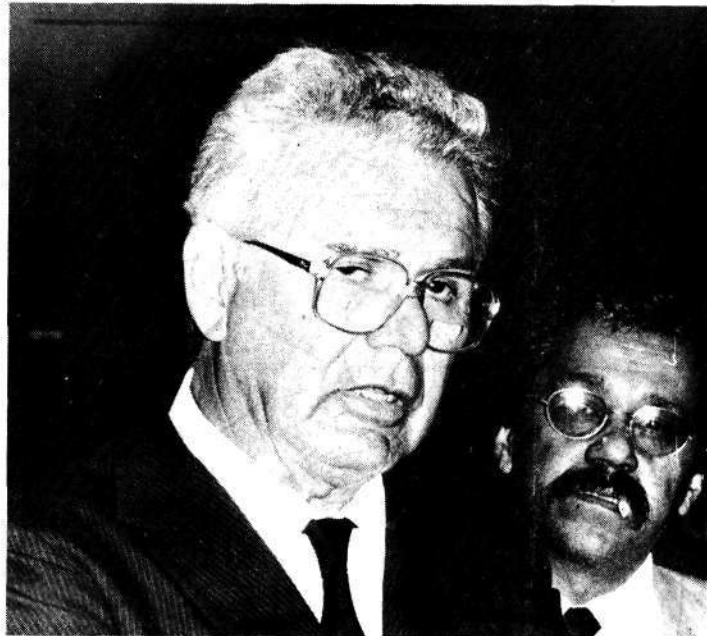
nas a sugestões esparsas, mas era um texto completo de Constituição, com título, capítulos, seções etc.

Nele, o problema principal diz respeito ao sistema de Governo, no qual defende um presidencialismo parlamentarizado, próximo à emenda Manuel Moreira, redigida pelo jurista Miguel Reale Júnior, assessor da presidência da Câmara. Todavia, o mal-estar gerado com a proposta acabou inviabilizando o conhecimento dela em maior profundidade.

O deputado Roberto Jeferson chegou a colocar o texto em sua pasta, anunciando que iria entregá-lo à imprensa, mas cedeu aos apelos dos demais integrantes do Centrão para evitar a crise com o Governo. Para o petebista carioca, trata-se de uma proposta inaceitável, tanto que foi rejeitada por nove a um. E protestou diante da sugestão de Roberto Cardoso Alves para submetê-la ao Centrão, por achar que o grupo não deve servir a interesses palacianos.

Jeferson chegou a reconhecer que o consultor Saulo Ramos é um grande jurista, mas está incompatibilizado com a Constituinte porque agrediu deputados e senadores e não poupa críticas ao trabalho realizado por ela. "Ele seria o coeiro do Centrão — comentou, pois ninguém gosta dele nem da sua prepotência.

Foi neste momento que o líder Carlos Sant'Anna procurou amortecer a crise, recolhendo o documento para evitar maiores críticas ao Governo. Outros centristas lembraram, na ocasião, que são atitudes como esta de Saulo Ramos que acabam atrapalhando o relacionamento do presidente José Sarney com a Constituinte. Afinal, concluiu Roberto Jeferson, todos sabem que o mandato e sistema de governo são os dois temas de maior plurido dentro do Centrão.



O deputado Roberto Cardoso Alves tentou de todo jeito conseguir aprovação do Centrão para o projeto de Saulo Ramos



Aureliano questiona a Constituinte

Considerando que a Constituinte cometeu alguns excessos, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, durante um balanço feito ontem das atividades de seu Ministério, questionava se a estabilidade no emprego, aprovada pela Comissão de Sistematização, é conveniente à sociedade. "Eu pessoalmente acho que a Constituinte não pode ser resultado de maiorias ocasionais", disse ele.

Segundo Aureliano, muitos assuntos, que estão sendo discutidos na Constituinte deveriam ser tratados durante a elaboração das leis ordinárias. Para ele a Constituinte tem que ser definitiva, o que pode não ocorrer devido à polêmica que muitos pontos estão causando. Outro aspecto destacado por Aureliano é a demora nos trabalhos.

Com relação ao executivo, Aureliano afirmou que o Governo não é responsável apenas pelo presidente José Sarney. Segundo ele, o PMDB e o PFL também têm responsabilidade na administração federal. Destacou que o PMDB tem mais responsabilidade ainda, pelo fato de ter nomeado um número maior de ministros do que o PFL. "O PMDB é Governo e por isso responsável pelos seus erros e acertos. Eu não vou tirar das minhas costas o movimento de 64, com os seus acertos e equívocos e acho que o PMDB também não deve e nem pode sair do Governo sem uma parcela de responsabilidade. O Plano Cruzado só deu alegrias ao PMDB. Mas e os erros? — perguntou Aureliano.

Ainda se referindo ao PMDB, Aureliano afirmou enfático que o nome do novo ministro da Fazenda deve ser indicado pelo partido, ou então de entendimentos entre o partido e o Presidente. "Todos os ministros da Fazenda sempre foram indicados pelo PMDB e devem continuar sendo. Não há porque mudar o esquema de participação dos dois partidos no Governo", disse ele.

Serra nega mas se trai: é candidato

MARILENA DEGELO Da Sucursal

São Paulo — Não adiantaram os esforços do deputado federal José Serra, o segundo mais votado do PMDB paulista nas últimas eleições, em explicar aos convidados ilustres, como o governador Orestes Quêrcia e o ex-governador Franco Montoro, que a festa promovida pela sua assessoria na noite de anteontem no Bar Avenida, em São Paulo, não tinha o objetivo de lançar seu nome para disputar na convenção do partido a candidatura à Prefeitura da capital. Os discursos acabaram revelando esta intenção.

Serra convidou até o secretário de Obras, João Osvaldo Leiva, o candidato do Palácio dos Bandeirantes, para a sucessão do prefeito Jânio Quadros, na tentativa de demonstrar que a festa teria apenas o clima de confraternização normal nas reuniões de final de ano. Mas para desconforto de Leiva, que compareceu ao Bar Avenida, o seu concorrente à Prefeitura dentro do partido acabou discursando para os mais de mil correligionários que lotaram o salão.

O consolo para Leiva foi constatar que a maioria dos presentes pertencia à classe média elitizada dos "jardins". O que não lhe agradou foi ver três importantes lideranças do PMDB paulista (os senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Montoro) prestigiando o deputado na festa, que teve como pano de fundo o objetivo de homenagear Serra pela sua atuação na Constituinte.

Mas três lideranças, a que mais preocupou Leiva foi Covas, que ao discursar na festa — que mais parecia um comício — lançou o deputado para a sucessão municipal. O secretário de Obras disse que Covas vetava o nome de Serra para concorrer à Prefeitura da capital pelo PMDB. E a sua assessoria confirmava ainda ontem que o senador está totalmente fechado com a campanha de Leiva.

Históricos apelam aos governadores

O deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) afirmou, ontem, que a maioria dos peemedebistas quer a convocação da Convenção Nacional extraordinária para fevereiro, não para aprovar um complicado rompimento com o Governo, mas para reafirmar os compromissos históricos do PMDB, atualizando o seu programa, que está inteiramente superado nos dias de hoje.

"Estamos numa batalha. Nesse sentido, é mais importante, para nós, ouvirmos a opinião dos governadores do que a do deputado Ulisses Guimarães", disse Oswaldo Lima Filho, quando o jornalista lembrou que o presidente do PMDB é contra a convocação extraordinária de uma Convenção para fevereiro, argumentando que comprometeria o trabalho que a Constituinte vem realizando.

Lima Filho sustenta que a maioria do PMDB não adota a posição radical que está sendo defendida pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, em favor de um rompimento do partido com o Governo. Lembrou que, na reunião realizada semana passada em

Brasília, com a presença de mais de 40 parlamentares, a maioria ficou com proposta mais moderada do senador José Fogaça, e não com a de rompimento, apresentada por Fernando Henrique.

— Na reunião que tivemos semana passada — disse o deputado pernambucano — o senador José Fogaça contestou a proposta de rompimento apresentada por Fernando Henrique, sustentando que o caminho extremo preconizado pelo senador paulista poderia ter um o desfecho de processo, não sendo sensato tomar a iniciativa de promover o desengajamento agora.

Neste momento, o que é importante é trabalhar o espírito dos governadores para uma Convenção extraordinária, a ser realizada em fevereiro, a fim de atualizar o programa partidário. Oswaldo Lima Filho acredita que, para isso, não se encontraria a oposição dos governadores.

— Eles estão em posição contrária a uma Convenção para aprovar o rompimento. Este também é o pensamento da maioria de nosso partido — disse Lima Filho, lembrando que será realizada reunião no dia 9 de janeiro próximo em Brasília

para definir uma posição, esperando-se que alguns governadores estejam presentes.

O deputado pernambucano não cre que uma Convenção com aquele objetivo venha a intensificar o processo de radicalização. Lembra, a propósito, que a radicalização pré-existe e nasce do conflito ideológico exacerbado "por uma maioria conservadora que não pretende concordar com qualquer alteração substantiva na iniqua ordem social vigente".

— A elite dirigente do País permitiu que o povo escolhesse os governadores, mas reservou para si a maioria do Congresso e da Constituinte. Quando o povo verificou que essa maioria conservadora impedia uma Constituição progressista, compatível com os anseios nacionais, entrou em processo de frustração sem compreender detalhes do jogo — disse.

Reconhece Oswaldo Lima Filho que essa frustração gerou um estado de revolta popular contra os políticos. Na última vez em que esteve com o presidente Sarney ele lhe disse que, para o povo, os políticos perderam inteiramente a credibilidade. "E os símbolos dos políticos são Sarney e Ulisses", disse o deputado.

Couto quer discutir a estabilidade

Para o Ministro, isso também deve ser observado com relação à jornada de trabalho, que foi estabelecida em 44 horas semanais pela Comissão de Sistematização. Ele acha, inclusive, que estas são questões que devem ser regulamentadas através de legislação ordinária. No texto constitucional devem constar, na sua opinião, apenas os grandes princípios do País. Ele criticou os constituintes que estão fazendo lobbies em benefício próprio.

Costa Couto garantiu que o presidente José Sarney não vai mais interferir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Existe a acusação de que Sarney estaria fazendo pressão junto ao Centrão para postergar os trabalhos, de modo a impedir a realização das eleições em 1988, inclusive para prefeitos e vereadores. Costa Couto disse que isso não é verdade. O presidente Sarney garantiu, disse, que não vai mais lutar por um mandato de cinco anos, e sua intenção é cuidar da parte administrativa do País.

A expectativa do presidente Sarney, de acordo com Costa Couto, é de que a Constituição seja elaborada nos primeiros meses do próximo ano. A normalização constitucional e institucional do País é fundamental para a realização da administração do Governo, ressaltou, acrescentando que a Constituinte vai continuar atuando com liberdade e soberania. Para o Ministro, 87 definiu o relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo.

Negociação também tem recesso

Indicado pelo Centrão para, junto com Eraldo Tinoco e Luiz Eduardo Magalhães, procurar os demais grupos formados na Constituinte visando a elaboração de emendas, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) disse ontem que esta tarefa só será possível na primeira semana de janeiro. Mas confirmou que a idéia é procurar, além do Centrão e do Grupo dos 32, também os partidos de esquerda e os demais segmentos do PMDB, para tentar um consenso em cerca de 95% do texto.

Bonifácio de Andrada — um exemplo raro de político que permanece em Brasília para as festas natalinas — revelou também que foi por iniciativa sua que o Centrão decidiu lançar logo o texto preliminar de suas emendas, com o qual, na sua opinião, por fim ao rosário de críticas que vem recebendo da imprensa e da opinião pública.

— Não adianta querer apenas dizer que não somos reacionários nem de direita. Melhor mostrar nossas idéias, porque damos bases para a discussão" — argumentou.

Segundo o pedessista mineiro, as emendas divulgadas pelo Centrão ainda não são definitivas. Ele confirmou que o PTB descarta alterações no capítulo da Ordem Social, daí a intenção dos centristas em alterar suas propostas, porque na medida em que a discordância interna se instalar no grupo ficará

difficil conciliar as demais correntes de pensamento.

— Nós vamos alterar nossa imagem com idéias — declarou Bonifácio de Andrada, mas ele discorda da necessidade dos centristas ficarem nos Estados buscando meios de ocupar os espaços na imprensa para tentar provar que não são de direita ou oferecendo explicações capazes de recuperar a imagem do grupo. O melhor é debater teses e propostas, prosseguiu, daí a divulgação antecipada do texto de emendas.

No seu entender, a formação do Centrão acabou eliminando dificuldades no futuro para a classe política, enquanto o grupo prestará serviço inestimável ao Brasil com a adequação da parte econômica e social com a realidade vigente. Ele também está seguro de que a imprensa funcionou contra seu grupo, ao reforçar suas características ideológicas negativas, enaltecendo ao mesmo tempo o texto de esquerda que estava sendo preparado pela Comissão de Sistematização.

Segundo Bonifácio de Andrada, o início dos contatos com os demais grupos na Constituinte ficando para janeiro acaba ajudando as negociações, pois dá tempo de o grupo concluir suas emendas, negociá-las internamente e, só então, tentar um amplo acordo dentro da Constituinte.

MEIO TERMO

Lima Filho sustenta que a maioria do PMDB não adota a posição radical que está sendo defendida pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, em favor de um rompimento do partido com o Governo. Lembrou que, na reunião realizada semana passada em

Brasília, com a presença de mais de 40 parlamentares, a maioria ficou com proposta mais moderada do senador José Fogaça, e não com a de rompimento, apresentada por Fernando Henrique.

Centrinho fica à margem para ajudar entendimento

O Centrinho, ou como querem seus componentes, o Grupo do Entendimento, não pretende avançar nem em propostas nem em críticas às sugestões de quaisquer outros grupos dentro da Constituinte. Esta é a visão do deputado Ronaldo Cesar Coelho (PMDB/RJ), um dos coordenadores do Centrinho, que não quis comentar, ontem, o documento divulgado pelo Centrão sobre os temas mais polêmicos da Assembleia. E um forma de servir ao entendimento.

De qualquer modo, o deputado afirmou acreditar que haverá acordo em todos os pontos referentes à Ordem Social e à Ordem Econômica — o plenário só vai mesmo "bater chapa", ou seja, disputar no voto, a posição final da Constituinte sobre sistema de governo e mandato do presidente Sarney. "Exatamente por acreditarmos no entendimento" — disse Coelho — "é que não podemos agora criticar esta ou aquela proposta sobre qualquer um dos assuntos em pauta".

Ronaldo Cesar Coelho não deixou, no entanto, de dar uma "alfinetada" no Centrão: "Ninguém pode querer ter a paternidade do entendimento e dizer: a minha proposta é esta, quem quiser que venha aderir a ela". O deputado disse ainda



Ronaldo Cesar Coelho

ficções no texto da comissão de Sistematização. No dia seguinte — 5 de janeiro — o grupo volta a se concentrar, desta vez em reunião plenária, juntando todos os seus 125 membros, número revelado pelo próprio Ronaldo Cesar Coelho.

Apesar de não falar em propostas concretas para a Constituinte, o deputado comentou as possibilidades de redação para a questão da estabilidade do trabalhador — um das negociações mais difíceis antes do início da votação, em janeiro, do texto constitucional definitivo. "A estabilidade, como está no texto da Comissão de Sistematização, não será aceita pela sociedade, mas deve existir, na Constituinte, um mecanismo de proteção à relação de emprego, o contrato de trabalho". O que o Centrão propõe, para o deputado, não esgota a questão, já que "a indenização progressiva não pode ser o único sistema de proteção ao contrato".

O Entendimento tem ouvido vários especialistas em legislação trabalhista, entre eles o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, e o deputado Ronaldo Cesar Coelho acredita que a partir destas conversas se chegue a um acordo sobre o tema, um acordo que agrade tanto a membros do Centrão, como aos outros grupos da Constituinte.

Ano ruim para os futurologistas

EDGAR LISBOA Especial para o CORREIO

Nunca foi tão difícil, como neste final de 1987, fazer uma previsão de como poderá ser o ano que está chegando. Esta opinião é unânime dentro da Assembleia Nacional Constituinte — conseguiu o milagre de unir deputados e senadores das mais variadas tendências e partidos. Consegue, apenas ela, reunir na mesma incerteza progressistas e integrantes do Centrão.

Há hoje uma espécie de paralisia. Todos aguardam ansiosamente a definição das regras para o início do jogo. A definição só virá com a promulgação da nova Carta e o jogo é o reergimento do País, mergulhado agora em aguda crise econômica depois de ter enfrentado um longo período de excepcionalidade política.

Assim, mais uma vez, política e economia, entrelaçadas, são as grandes incógnitas neste final de ano. Acudidos por uma inflação crescente, os trabalhadores recorrem às greves. Os políticos, por sua vez, aguardam o estabelecimento do regime parlamentarista ou a manutenção do presidencialismo e a definição do mandato do atual Presidente.

Este panorama, sombrio certamente, que não favorece os exercícios de futurologia.

Se é só a partir da promulgação da Constituição que se poderá prever um desdobramento deste drama, a primeira pergunta que surge ao aprendiz de feiticeiro (para usar uma expressão poética) é sobre a conclusão dos trabalhos constituintes. Aqui as opiniões se alternam. Há os que acreditam que possa ser ainda em fevereiro, otimistas. Mais realistas, outros apostam no final de abril, e até mesmo indicam um dia: 21.

A partir de então, o País vai deslanchar. Não será nada de mágico, de instantâneo. Mas

um processo que val ganhar ritmo em seguida porque o Brasil é um País que costuma surpreender, pela sua incrível capacidade de superar momentos difíceis. O que é muito ruim para os que costumam manipular bolas de cristal.

Os investimentos dos empresários virão. Com a nova Carta, os trabalhadores terão seus direitos assegurados e ampliados. Isto é certo.

Mas a incerteza permanecerá quanto a outros graves problemas. Como se dará a luta contra a inflação? Como aglutinamos em relação à dívida externa? E o déficit público?

Para magos inseguros e jogadores ansiosos, só o final da Constituinte tem o remédio.

Consciente de todas estas dificuldades, só nos resta um caminho que não deve ser o otimismo fácil, que tantas vezes nos trau, mas o da confiança nas imensas potencialidades de nosso País, na sua capacidade de reagir aos grandes desafios, na criatividade de nossa gente.

E muito fácil passar do otimismo tolo ao pessimismo mais amargo. Aliás, está na moda ser pessimista. Mas por que optar por uma terceira via, algo, como um realismo mesclado com esperança?

Se saltarmos das páginas de economia e política dos jornais para o noticiário internacional veremos que muitas outras nações vivem momentos tão graves quanto o nosso, ou mais. Estamos à beira da convulsão social, dizem uns, mas sabemos que há países mergulhados na guerra civil. Temos uma dívida interna monstruosa, mas os Estados Unidos também a têm. O nosso índice de desemprego é muito alto, sim, mas o de ricas nações européias também é assustador.

A alma brasileira, herança lusitana talvez, oscila entre o otimismo de anos atrás e o pessimismo de hoje. Não conhecemos o meio termo. Não será este o momento ideal para tentar conhecê-lo?

Para Covas, só convenção acaba crise

São Paulo — A realização de uma convenção partidária o mais breve possível está sendo defendida pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, como forma de conter a crescente insatisfação em seu interior e evitar que o partido se torne inviável.

Segundo Covas, é chegada a hora de o PMDB examinar uma série de questões de sua vida interna e externa para não cair totalmente em contradição.

— O que a gente reivindica é definições. Sem isso, aumenta a insatisfação e o partido fica inviável — disse.

Para Covas, somente a convocação de uma Convenção o mais breve possível possibilitaria discussões em torno dos compromissos ou não do partido e a reafirmação de seus princípios programáticos. Já nesse sentido lembrou que haverá uma reunião no próximo dia 9, em Brasília, para a qual todos os governadores do PMDB estão sendo convidados.

— A idéia não é de segregar ninguém, pois irá quem se sentir identificado com a nossa preocupação na tomada de definições que têm de ser tomadas a curto prazo — afirmou Covas.

D. Evaristo: Povo quer as diretas em 88

São Paulo — O cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, que divulgou ontem a sua mensagem de Natal, defendeu a convocação pela Assembleia Nacional Constituinte de eleições presidenciais ainda em 1988 e advertiu o presidente José Sarney que a vontade do povo deve ser suprema. Para o cardeal arcebispo de São Paulo, o povo não pode ser frustrado novamente, a exemplo do que aconteceu na campanha das Diretas-Já.

— O ano de 1988 só pode dar certo se o povo se unir e colaborar. A Constituinte deve marcar o quanto antes as eleições diretas para Presidente da República e além disso ampliar as consultas sociais para o povo.

Grupo dos "pobres" quer influir mais na Carta

Acima de siglas partidárias e de ideologias, 292 constituintes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste formam o maior grupo de pressão dentro da própria Constituinte, unidos na defesa de 15 pontos do Projeto Constitucional que consideram "vital para a mudança do perfil econômico e social das três regiões". Criado há mais de três meses, o grupo lançou recentemente o seu segundo cartaz: "Agora, é no Plenário — Decisão Final", que já foi fixado nas portas dos gabinetes e corredores do Congresso Nacional.

Para não dividir e enfraquecer o seu poder, os parlamentares das três regiões mais pobres do País — também chamados de "terceirmundistas" — não incluem na lista de propostas defendidas, qualquer matéria de natureza política e/ou ideológica como sistema de governo e mandato presidencial. Com isso, eles conseguem ser mais fortes até mesmo que o Centrão, já que este só deverá manter a unidade no tocante à reforma do Regimento Interno da Constituinte. Mas, assim co-

mo o Centrão, seus membros não conseguem evitar a discriminação, freqüentemente, são chamados de "bairristas" ou "regionalistas".

AS PROPOSTAS

Depois de várias reuniões, os integrantes das bancadas das três regiões decidiram-se por concentrar suas forças na manutenção de 15 pontos já contidos no Projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Nas competências da União (art. 23), é defendida a elaboração e execução de planos regionais de desenvolvimento e planejamento e a promoção da defesa contra as secas. No capítulo "Da Administração Pública", a seção "Das Regiões" (Artigos 52 e 54), visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

No título "Da Organização dos Poderes", a manutenção do mínimo de oito e máximo de sessenta deputados por Estado ou pelo Distrito Federal (§ 2º do Art. 56); e a inclusão, como uma das atribuições do Congresso, "dispor sobre planos e progra-

mas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento" (Art. 58, inciso IV). No capítulo "Do Sistema Tributário Nacional" (Art. 188, I, c), manter os três por cento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), mais Imposto de Renda para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a serem aplicadas de acordo com os planos regionais aprovados pelo Congresso e nos termos que a lei estabelecer.

No capítulo "Dos Orçamentos" (Art. 194, § 2º e 5º), a regionalização dos Orçamentos Fiscais e das Estatais segundo o critério populacional, e na seção "Das Finanças Públicas" (Art. 192, VII), "compatibilização das funções das instituições de crédito da União, resguardando-se as características e condições plenas das voltadas ao desenvolvimento regional". No título "Da Ordem Econômica e Financeira", o princípio da redução das desigualdades regionais (Art. 199, VII) e a criação do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado (Art. 203, § 4º).

Chiarelli não aprova PFL no Governo Sarney

Porto Alegre — "Quanto mais tempo demorar a Constituinte, menor será o crédito da classe política e maior o sentimento de opinião pública em favor das eleições presidenciais e até as gerais". A opinião foi manifestada ontem pelo líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, ao lamentar que alguns integrantes de seu partido permaneçam apoiando o Governo do presidente José Sarney.

Chiarelli, que passa as festas de Natal e fim de ano na cidade de Pelotas, acredita, porém, que as divergências em torno do Regimento Interno poderão ser eliminadas logo após a retomada dos trabalhos da Constituinte e estes possam prosseguir com normalidade. "O atraso só fará aumentar a cobrança e a pressão em favor das eleições gerais", advertiu ele, declarando-se um partidário da tese de renovação geral dos cargos eletivos do País. Chiarelli reafirmou que o plenário da Constituinte, mesmo após o advento do Centrão, deverá confirmar os quatro anos de mandato para o presidente Sarney.